

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 27102387/2025 - SECULT.UPR.AEN

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Trata-se de processo para **contratação de empresa especializada em estruturas metálicas para quadra coberta no CEU aventureiro, com fornecimento de materiais e mão de obra.**

Essa contratação se faz necessária devido as condições precárias em que se encontra a quadra de esporte do CEU Aventureiro, o que oferece risco aos seus usuários, conforme exposto no processo 25.0.117354-0. Neste sentido, a presente solicitação inclui intervenções necessárias a realização de alguns reparos como: a pintura e tratamento contra corrosão dos elementos estruturais, a substituição das telhas de zinco que encontram-se com fissuras e enferrujadas, a substituição do elementos da estrutura metálica que encontram-se enferrujadas.

A execução desta obra será importante para garantir a eficiência na prestação do serviço público, além de fornecer todas as condições necessárias para os munícipes que desfrutem do local diariamente, mantendo as atividades do órgão em pleno funcionamento.

Ademais, a reforma do espaço público colaborará na construção de uma cidade mais humana.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A contratação está prevista no ano 2025 e 2026, na ação "1.3070 - Construção, ampliação, reforma, adequação e manutenção das unidades e prédios públicos - SECULT". Conforme documentos: 26077445 e 26077457.

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), ou seja o mesmo fora relativizado a partir do ano de 2024:

Art. 1º O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1. E para o ano de 2026, encontra-se no Processo 25.0.082515-3.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- Faz necessário que a contratada possua expertise em execução de elementos de estrutura metálica, com comprovação de capacidade técnica. Para tanto, se faz necessário que a Contratada possua profissionais com experiência nas técnicas construtivas propostas, sob pena de execução inadequada e/ou atraso na obra por sucessivos reparos.
- Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.
- Pode ser realizado a subcontratação dos serviços de demolição/limpeza, pintura, dentre outros necessários à execução do objeto, desde que devidamente autorizados pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

Para tanto, para que o objetivo seja alcançado, a contratação necessita de mecanismos que assegurem sua conclusão, sua solidez, o atendimento dos prazos e requisitos técnicos, devendo se fazer uso dos instrumentos legais necessários e cabíveis, mas que não limitem a competitividade do certame.

É importante destacar que, para a execução deste serviço, essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

- O proponente deverá apresentar garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 10% sobre o valor inicial do contrato diante da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

- O proponente deverá apresentar capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o Art. 69, §4º da Lei 14.133/2021.
- O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021.

Tais requisitos, são necessários diante da complexidade e importância da execução dos serviços, os quais envolvem questões de segurança, promovendo o convívio social, e manter as atividades do órgão em pleno funcionamento.

Demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial Descritivo.

Trata-se de uma obra comum de engenharia.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida a partir de informação proveniente de levantamento realizado pela coordenação de unidade do CEU do Aventureiro, considerando-se a área física de 906,64 metros quadrados.

As quantidades foram estimadas de acordo com as necessidades, sendo que a reforma será da área existente, consideradas as previsíveis alterações de demanda e a possibilidade de economia de escala.

A quantidade estimada está demonstrada no Memorial Descritivo.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

- 1) Contratação de empresa especializada para execução da obra;
- 2) Realização da obra pela equipe de servidores da Prefeitura;

Diante dos requisitos da contratação, considerando ser indispensáveis a experiência na execução de obras de estruturas metálicas em razão de ser um tipo de estrutura com características muito específicas e que as alternativas que não atendem a essas características não são adequadas, a melhor solução encontrada capaz de atender a necessidade da Administração é:

1. Contratação de empresa especializada para execução da obra;

Ressalta-se ainda que a SECULT não tem equipe suficiente para executar a obra aqui apresentada.

Com base nisso, a solução 2 não cumprem os requisitos dispostos no item 3 desse estudo.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido **a contratação de empresa com expertise estrutura metálica**, visto que a mesma terá funcionários qualificados para a realização de cada serviço, além de se responsabilizar pelo fornecimento dos materiais necessários para a realização da mesma.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Os valores estimados para a contratação, estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado o histórico de contratações anteriores e a demanda esperada.

De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 609.117,43 (seiscentos e nove mil cento e dezessete reais e quarenta e três centavos).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A solução completa definida para contratação de **empresa com expertise em estrutura metálica** visando a execução de obra de adequação e manutenção da estrutura de cobertura da quadra situada no CEU Aventureiro, com fornecimento de materiais e mão de obra. A obra de reforma inclui atividades de locação de transporte vertical para execução da substituição das telhas, restauração/substituição dos elementos estruturais danificados, carregamento, transporte e descarga do material substituído, bem como pintura/revitalização de todos elementos da cobertura da quadra, fornecimento e execução, além de limpeza do local.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O processo de contratação deverá se consolidar a partir de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, sem parcelamento da contratação, visando o não fracionamento de objeto. Ademais, a justificativa da não divisão de objeto se pauta na prestação de serviço em curto espaço de tempo, executado em uma área pequena e único elemento (quadra cobertura), não havendo a necessidade de parcelamento de contratação, mantido, com destaque, o princípio de eficiência pública, discriminada no Art. 37 da Constituição da República.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

No caso do presente processo, busca-se a revitalização do local indicado com o intuito de garantir espaços adequados e seguros à prática de lazer dos munícipes.

Além das vantagens no aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, a contratação também proporcionará outras vantagens, como economia, visto que pretendemos contratar a proposta mais vantajosa, ou seja, oferta adequada que atenda aos critérios administrativos, técnicos e legais, e que seja a de menor preço.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Importante pontuar que, quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca do produto a ser adquirido, entretanto, caso necessário, mantém e reconhece a possibilidade de se solicitar o suporte das demais Secretarias, visando a eficiência do processo.

Desta forma, não há providências a serem adotadas pela Administração.

Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental direto decorrente da contratação, sendo única ressalva do processo o fato de que a contratada deverá observar e realizar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constatarem-se os seguintes riscos:

- I - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Probabilidade: Raro;
- II - Atraso na execução / entrega - Probabilidade: Provável;
- III - Inexecução Parcial - Probabilidade: Raro;
- IV - Acidente de trabalho/ terceiros - Probabilidade: Pouco Provável.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível

Estudo Técnico Preliminar - ETP 27102387SEI 25.0.167134-6 / pg. 3

Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

I - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - em caso onde a obra não é realizada conforme o projeto, bem como não segue o estabelecido no contrato, tanto pela contratada quanto pela contratante. - Impacto: Muito Alto.

II - Atraso na execução / entrega - como trata-se de obra de reforma em cobertura, as condições climáticas podem interferir na programação da obra. - Impacto: Baixo.

III - Inexecução Parcial - em caso onde há quebra de contrato durante a execução da obra. - Impacto: Alto.

IV - Acidente de trabalho/ terceiros - necessário que as equipes que forem realizar a obra façam o uso adequado dos equipamentos de segurança (EPIs e EPC), além de treinamentos de segurança para as atividades desempenhadas. - Impacto: Baixo.

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) **avaliação de riscos** - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como:

I - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Risco Médio.

II - Atraso na execução / entrega - Risco Médio;

III - Inexecução Parcial - Risco Médio;

IV - Acidente de trabalho/ terceiros - Risco Médio.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco

15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de monitorar os riscos supracitados afim de acompanhar o melhor andamento e execução do processo e para qualquer os riscos:

I - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Mitigar/transferir qualquer probabilidade de ocorrência;

II - Atraso na execução / entrega - Mitigar/transferir qualquer probabilidade de ocorrência;

III - Inexecução Parcial - Mitigar/transferir qualquer probabilidade de ocorrência;

IV - Acidente de trabalho/ terceiros - Evitar/Mitigar/Transferir qualquer probabilidade de ocorrência.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação/Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados			

pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável contratação de empresa especializada em estruturas metálicas para quadra coberta no CEU aventureiro, com fornecimento de materiais e mão de obra**, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, uma vez que se o presente estudo técnico preliminar e seus apêndices demonstram, de forma clara, a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração que, fundamentadamente, atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Renovato dos Reis, Coordenador(a)**, em 10/10/2025, às 09:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mauri Jorge de Freitas Junior, Diretor (a) Executivo (a)**, em 10/10/2025, às 10:00, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27102387** e o código CRC **10397876**.

Avenida José Vieira, 315 - Bairro América - CEP 89204-110 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br